

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2012, número 56. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Disputas territoriais no Espírito Santo: 2001 a 2011

ARTIGO DO MÊS

***Nuevos territorios del ordenamiento territorial
del bosque nativo en la provincia de Córdoba***

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

I Conferência Camponesa do estado de Sergipe

“Terra, Trabalho e Organização Social do Camponato”

Nossa Senhora do Socorro – Sergipe, 8 a 10 de agosto de 2012.

XIII Semana de Geografia “A Geografia e o desafio de desvendar o Brasil” / VII Encontro de Estudantes

I Workshop “Tratamento da Informação Geográfica”

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 20 a 24 de agosto 2012.

V Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 23 a 25 de agosto de 2012.

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS



Livro: Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.
Autor: Alceu Luís Castilho.

Três anos de pesquisa e quase 13 mil declarações de bens de políticos eleitos entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): o resultado é um mapeamento preciso dos políticos donos de terra no Brasil. Quem são, quanto têm e como agem esses proprietários. Ao contrário do que se poderia imaginar, há latifundiários dos mais diversos partidos políticos e em todos os lugares do país. Há prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, governadores, vice-governadores e até vice-presidente. Há políticos acusados – e condenados – por trabalho escravo. Há políticos que ostentam o “troféu” motosserra. E como votam esses proprietários? A ação da bancada ruralista e a batalha em cima do novo código florestal são aqui detalhadas.



Vídeo: No coração do latifúndio, uma estaca quebrada.
Autores/repórteres: Jefferson Pinheiro e André de Oliveira.

Os repórteres Jefferson Pinheiro e André de Oliveira passaram dois meses acompanhando a realidade de diversos assentamentos no município de São Gabriel - RS, considerado o "coração do latifúndio" do estado, onde 700 famílias foram assentadas em 2008, com a promessa de que aquele se tornaria um vibrante polo de agricultura familiar. A reportagem foi realizada através do concurso de Microbolsas de Reportagem da Agência Pública, com patrocínio da Fundação Ford.

Para ver: http://www.youtube.com/watch?v=65DMo2_I-U&feature=youtu.be

APOIO

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP) e Felipe dos Santos de Melo (bolsista Ciência na UNESP). Pesquisadores do NERA.
Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

DISPUTAS TERRITORIAIS NO ESPÍRITO SANTO: 2001 A 2011

Paulo Cesar Scarim – UFES

Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
Coordenação do DATALUTA - ES
pauloscarim@hotmail.com

Ladislau Sanders – UFES

Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
ladislausanders@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo são analisados os conflitos no campo capixaba ocorridos no período de 2001 a 2011 com base nos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA. Nesta análise preliminar apontamos os principais aspectos das disputas territoriais que demarcaram os conflitos e debatemos as principais ações dos movimentos socioterritoriais na emergência de novas dinâmicas e articulações que abriram caminho para novos sentidos e possibilidades de ações.

DISPUTAS TERRITORIAIS NO ESPIRITO SANTO

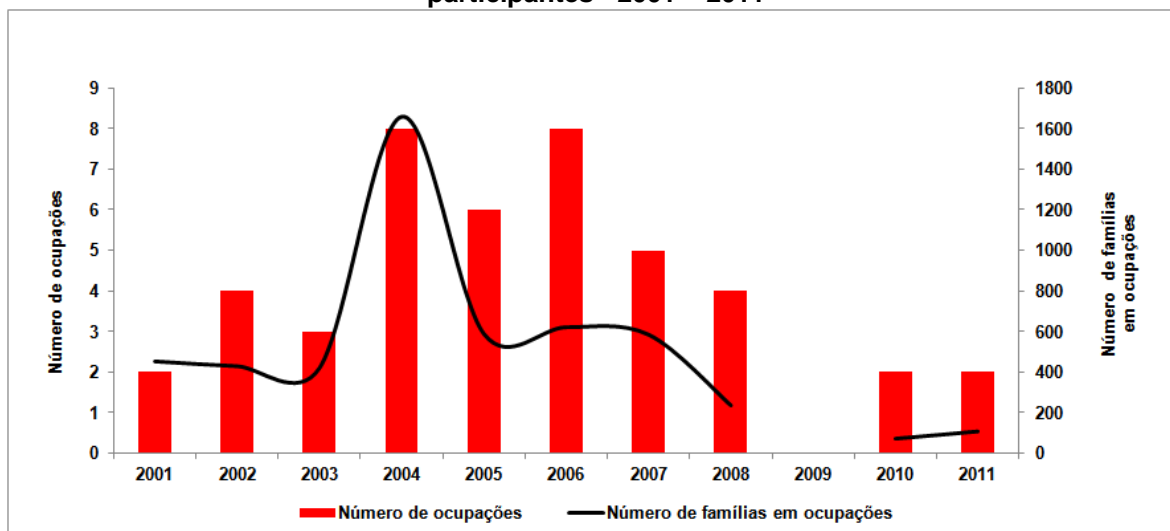
A primeira década do século XXI, o modelo de desenvolvimento rural implantado no estado do Espírito Santo continuou marcado pela desigualdade e exclusão, pela concentração da terra e da renda, pelo empobrecimento das famílias camponesas e pelo fortalecimento do agronegócio. A produção monocultora em grande escala tem acarretado o aumento do impacto ambiental gerado pelas atividades agrícolas (desmatamento, erosão do solo, contaminação do meio ambiente por agrotóxicos), com graves consequências para a saúde da população e para a qualidade dos recursos naturais. Em algumas regiões, chegou a comprometer a agricultura, por causa da seca, do esgotamento dos recursos hídricos e erosão dos solos, principalmente na região norte do estado, tornando a agricultura uma atividade de alto risco, principalmente para pequenos produtores (DARÉ, 2010).

A pouca efetividade da reforma agrária no estado, que no período 1979 - 2010 teve somente 4.486 famílias assentadas (DATALUTA, 2010), acompanhada da descontinuidade das políticas públicas entre governos impactam ainda mais a questão agrária. Isso comprova que as ações do poder público sobre a estrutura fundiária estão condicionadas mais por fatores conjunturais, resultantes de pressões e contrapressões exercidas pelas organizações camponesas ou do agronegócio, do que por uma política estratégica de governo para o desenvolvimento no campo. É o caso, por exemplo, de privilegiar a políticas de mercado para obtenção de terras (Banco da Terra e o Crédito Fundiário) em detrimento da desapropriação. No caso do Espírito Santo, as aquisições por tais programas foram, em sua maior parte, de pequenas e médias áreas, alimentando o processo de fragmentação das pequenas e médias propriedades, que evidentemente não contribui para a desconcentração fundiária (NETO, 2009; 2012).

Outro aspecto desta questão refere-se aos limites da política agrária, que tem se pautado em critérios meramente produtivistas, ignorando por completo o cumprimento da função social da propriedade, como o respeito às legislações ambiental e trabalhista. Parte dos conflitos no período analisado (2001-2011) foram materializados pelas ações dos movimentos socioterritoriais através das ocupações de terras,

conforme demonstrado no gráfico 1. Este fato foi gerado no enfrentamento com este modelo concentrador de terras, principalmente pelos indígenas, quilombolas, sem terras e pequenos agricultores contra a expansão monocultora do eucalipto, provocado pela Fibria.

Gráfico 1 - Espírito Santo - Relação do número de ocupações com o número de famílias participantes - 2001 – 2011



Fonte: DATALUTA, 2012.

Esta empresa, a Fibria, é uma mega corporação formada pela fusão da Aracruz e Votorantim Celulose e Papel, tornando-se a maior empresa brasileira do setor controlando grande parte do território do Espírito Santo. A referida empresa concentra nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus mais de 90% de suas atividades. Sua fábrica está localizada sobre uma antiga aldeia indígena, denominada Macacos. Seus plantios foram feitos sobre igrejas, cemitérios, vilas e inúmeros símbolos arqueológicos, históricos e culturais. Este processo começou em 1967, quando a então Aracruz Florestal se instalou no Espírito Santo, desmatando e plantando os primeiros pés de eucalipto no município de Aracruz.

No final da década de 1970, o município contava com aproximadamente 26 mil habitantes, sendo que 77% viviam no campo, que mantinha 60% de sua mata nativa com 40 comunidades Guarani e Tupiniquim. Frente ao intenso processo de desapropriação, iniciou-se um processo de resistência das comunidades pela demarcação de seus territórios. As comunidades indígenas, depois de longa luta, conseguiram demarcar 7.559 hectares até o final do século XX, mais 10.500 hectares no início do século XXI. Os conflitos se acirraram em 2005 com a demora dos procedimentos administrativos para a demarcação. Ao mesmo tempo, entendimentos entre os Tupiniquins e os Guaranis, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Ministério da Justiça estabeleceram um cronograma de atividades com prazos bem definidos, com o objetivo de agilizar a demarcação e a regularização das Terras Indígenas. Estudos complementares da FUNAI foram elaborados oferecendo maior segurança jurídica para a emissão da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e o ato homologatório do Presidente da República. Para garantir o cumprimento das demarcações, as comunidades realizaram ocupações (MARACCI, 2008).

No dia 20 de janeiro de 2006 a Polícia Federal, em ação arquitetada estrategicamente através de um mandado de reintegração de posse, expedido por um juiz federal do município de Linhares, norte do

Espírito Santo, tendo como autora da ação a então empresa Aracruz Celulose, atacou a ocupação, resultando em dezenas de feridos. Em manifesto, a Comunidade Tupiniquim e Guarani declarou ser “inaceitável, inacreditável, que ainda hoje, em pleno século XXI, ainda somos caçados em nosso próprio território, inclusive com a destruição das nossas aldeias”. Esta ação foi considerada pelas comunidades indígenas como uma tentativa de massacre, uma ação de extermínio, que através de ação impetrada pela Aracruz Celulose, um juiz federal concedeu uma liminar com mandado de reintegração de posse de uma área em litígio. Nas áreas recentemente ocupadas, embora permaneça em litígio judicial, já se pode ver ressurgir o modo tradicional de ocupação indígena nos locais onde havia antigas aldeias e que por mais de três décadas foram invadidas pelo eucalipto. Cercados pelos plantios, os índios estão construindo moradias mais adaptadas aos padrões tradicionais, feitas com madeira, palha e barro. Em volta dessas, estão fazendo roças de subsistência, com a diversidade dos cultivos tradicionais, as quais garantem uma alimentação rica e adequada ao seu modo de vida (OLIVEIRA JR, 2008).

Outro movimento socioterritorial que ganhou força no período foram das comunidades quilombolas no norte do Espírito Santo, região denominada por eles de Sapé do Norte e que compreende os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, que foram impactadas pela monocultura do eucalipto pela Aracruz Celulose. Antes da chegada da empresa, havia 10 mil famílias, atualmente restam em torno de 1.300 famílias. Os municípios de Conceição da Barra e São Mateus apresentam um dos índices de maior concentração da monocultura de eucalipto no estado, exatamente onde se encontra grande parte das comunidades negras rurais. No Espírito Santo, nas comunidades quilombolas do Sapé do Norte, destacamos os seguintes impactos: processos de insegurança alimentar com a diminuição da produção de subsistência: pesca, caça e coleta; perdas das condições de emprego e trabalho implicando em intenso fluxo para as cidades vizinhas e para a capital; degradação das terras devido ao uso intensivo de agrotóxicos e envenenamento, assoreamento e redução da calha dos corpos d'água, manejo inadequado dos solos, perda da biodiversidade, falta de matérias-primas para o artesanato produzido pelas mulheres e por fim, a redução da qualidade de vida da população quilombola. A implantação da monocultura do eucalipto e a instalação da Aracruz Celulose tem modificado a vida dessa população. Os quilombolas do norte do estado perderam suas terras diante da promessa da empresa na criação de empregos temporários e das inúmeras formas de violência pública e privada (FERREIRA, 2009).

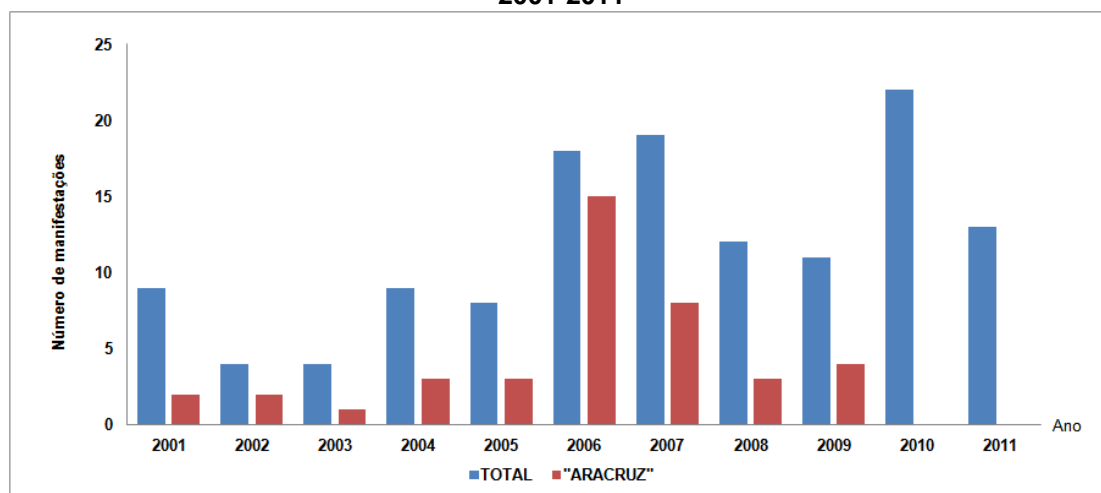
O despojo de seus territórios tradicionais também inviabilizou a agricultura de subsistência e a criação de animais. Os poucos que resistiram permaneceram ilhados pelos eucaliptos da empresa e hoje sobrevivem do plantio de mandioca para fazer farinha e da cana para produzir melado. Utilizam, quando podem, os restos de madeira do eucalipto para produzir carvão vegetal, além de outras pequenas produções, como frutas e verduras, no próprio quintal da casa, onde resta o mínimo de terra produtiva que puderam conservar. Restaram-lhes, então, os ofícios mais degradantes, como carregar tonéis de herbicidas e agrotóxicos para serem aplicados nos cultivos de eucalipto, de modo a facilitar a colheita - já que essas substâncias extinguem qualquer outra forma de vida que não o eucalipto. Outro indício da devastação e do desequilíbrio ambiental causado pelo plantio de eucalipto é o assoreamento dos rios, hoje praticamente secos, uma vez que a espécie exótica plantada consome muita água, o que gera falta d'água atingindo não somente os animais, como também a produção de qualquer tipo de alimento. Mas a luta por terra e território quilombola, assim como a indígena, se faz por vários movimentos de territorialização e reterritorialização. O Disponível em www.fct.unesp.br/nera

reconhecimento do direito ao território inserido na Constituição de 1988 e suas tramitações posteriores, mas somente regulamentada a partir de 2003, deu novo impulso às organizações quilombolas do Espírito Santo. Suas lutas a partir deste momento estiveram centradas na luta pela terra e pelo reconhecimento enquanto comunidades quilombolas (MEIRELLES; CALAZANS, 2006).

Diante dessa conflitualidade materializada, podemos observar pelos gráficos 2 e 3 que boa parte das manifestações e ações dos movimentos socioterritoriais, concentraram-se, na disputa pelo território, contra as terras sob domínio da Aracruz. É evidente que uma análise mais detalhada de cada manifestação seria fundamental para uma melhor compreensão das relações entre os movimentos, suas ações, temáticas e dinâmicas, porém os dados demonstram claramente a emergência das ações articuladas tendo no epicentro a luta contra a expansão da monocultura do eucalipto e a busca de retomada das terras em domínio da Fibria.

No gráfico 2, a seguir, sistematizamos os dados sobre as manifestações, identificando aquelas que tiveram como motivação o enfrentamento ao mega projeto celulósico da Fibria. Na comparação entre os dados do total das manifestações em relação às específicas contra a Fibria (“ARACRUZ”) fica nítida a iminência deste conflito. Estas ações tiveram uma tipologia bem marcante. Quando não foram contra a Fibria, foram reivindicações por políticas agrícolas e negociações para desapropriar terras ocupadas. Primeiro estas manifestações, assim como as ocupações correlatas à temática, em sua maioria, eram ações diretas contra o capital: ocuparam terras, portos, viveiros, fábricas, estradas e plantações. Manifestaram junto à população denunciando a falácia do desenvolvimento e os impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais nas centenas de comunidades do campo (indígenas, quilombolas e camponesas) e cidades. Denunciaram o conluio entre Estado e agronegócio, ocupando órgãos públicos e manifestando nas ruas das cidades. Contaram com a solidariedade de apoiadores, que muitas vezes não participavam diretamente das ações, mas atuavam no suporte e divulgação.

Gráfico 2 - Espírito Santo - Relação do total de manifestações e as ações contra Aracruz 2001-2011



Fonte: DATALUTA, 2012.

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE

O movimento quilombola articulou-se com os movimentos indígenas e com os movimentos camponeses que são as principais referências no enfrentamento contra a Fibria. Estas organizações populares promovem debates e mobilizações constituindo o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde. Esta articulação foi um marco no novo padrão de conflitualidade em conjunto com as transformações na mediação entre o Estado e o agronegócio no Espírito Santo. Esta rede reúne uma diversidade visível de sujeitos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES, vinculada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, além de acadêmicos, ambientalistas, ONGs, pequenos proprietários agrícolas, igrejas, lideranças políticas locais e estaduais, sindicalistas, entre outros, com o objetivo de conter a expansão da monocultura do eucalipto, denunciando os impactos socioambientais causados por sua produção para celulose e carvão vegetal e cobrando publicamente do governo a reparação pelos danos causados às comunidades (BARCELOS, 2010).

Esse Movimento demarca uma perspectiva da não dissociação entre o campo e a cidade, entre a visão ambiental e a social e entre a visão técnica e a visão política. Integra vários movimentos socioterritoriais, tendências políticas e áreas do conhecimento. Este movimento coloca em questão o modelo de desenvolvimento de uma região, a forma de gestão do território, ou paradigma da organização política dos próprios movimentos, da academia, dos ambientalistas e o papel do Estado (SCARIM, 2007).

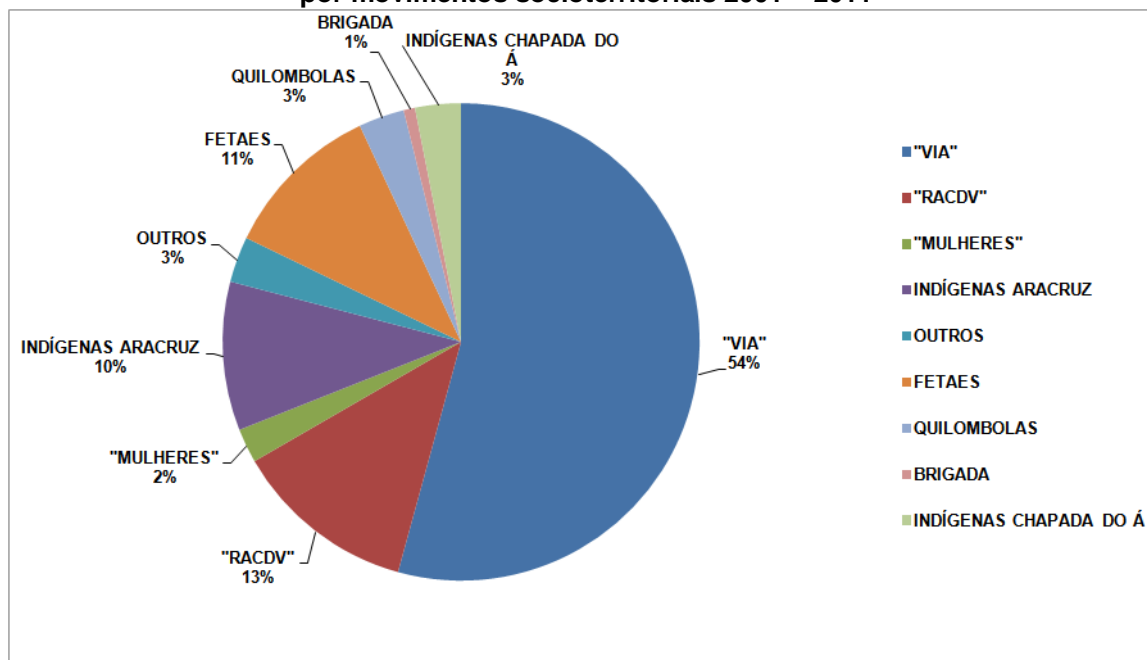
Esta articulação deriva dos conflitos decorrentes dos inúmeros impactos da monocultura de eucalipto em diversos municípios do Espírito Santo e Extremo sul da Bahia. Com a proibição deste plantio no Espírito Santo, em 2001, sua expansão ameaçavam avançar para o estado do Rio de Janeiro. O avanço desta monocultura, a comunicação e a troca de experiências entre as entidades destes três estados fez nascer no Rio de Janeiro uma articulação buscando barrar este empreendimento. Assim o Movimento Alerta contra o Deserto Verde ganhou uma dimensão numa área que vai do norte do Rio de Janeiro até o sul da Bahia. No final de maio de 2002 estes movimentos dos três estados se reuniram para definir uma pauta comum de lutas, estabelecendo uma prática de encontros anuais que visa agregar novos estados a cada ano, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de articular com outros países latino americanos na Rede Latino-americana contra os Monocultivos de Árvores - RECOMA.

Outra organização importante é a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES. Representando famílias e educadores das Escola Família Agrícolas – EFAS, partem do conceito de campesinato e da agricultura camponesa e deixam claro em seus textos a defesa da agroecologia, que tem como finalidade a independência do mercado e a garantia da subsistência das famílias. E esta concepção propõe que seja uma prática vivencial e educacional, que estabeleça relações equilibradas entre as pessoas e a natureza, de igualdade na diversidade, buscando as necessidades do presente e do futuro com equilíbrio ambiental e social e que reflitam os valores da ruralidade. Esta concepção inserida na metodologia da Pedagogia da Alternância, cria um sistema próprio e apropriado de educação do campo (ANTOGIOVANNI, 2007).

A participação destas organizações no debate sobre monocultura e desenvolvimento e, principalmente, a participação nas lutas contra a monocultura do eucalipto promovem um rompimento Disponível em www.fct.unesp.br/nera

radical na pauta e nos discursos políticos e ambientalistas no estado. Na articulação dos diferentes sujeitos contra-hegemônicos, uma diversidade de conceitos demonstra a solidariedade como forma de superação das dicotomias. Esta articulação é demonstrada no hibridismo das pautas reivindicatórias. As noções identitárias localistas são universalizadas e os códigos de identificação são reconstituídos nos auditórios comuns. A partir desta articulação do MST, MPA e CPT, a Via Campesina, passa ter representatividade no estado, como pode ser observado no gráfico 3, ao representar mais da metade das manifestações ocorridas neste período analisado. Também procura representar as manifestações distinguindo os movimentos e organizações que se mobilizaram. Mesmo ressaltando a dificuldade desta distinção devido ao fato de que muitas eram articuladas em rede, é possível notar a importância que a Via Campesina assume neste contexto.

Gráfico 3 - Espírito Santo - Representação das manifestações por movimentos socioterritoriais 2001 – 2011



Fonte: DATALUTA, 2012.

A Via Campesina centrada na identidade camponesa reforçam, em conjunto com os indígenas e quilombolas, a questão da terra como ponto central no debate. Assim atualizam conceitos e vão imprimir à Rede Alerta Contra o Deserto Verde, principalmente presença ativa no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A complexidade assume cada vez mais o centro dos debates. Isso não significa que somente agora a realidade tornou-se complexa, e cada vez mais fica evidente que a ciência moderna sempre buscou se colonizar num processo progressivo e que coloca numa ordem cômoda e regular tudo que escapa e fica além de sua fronteira. A polissemia dos conceitos e o intenso debate teórico em torno deles demonstram claramente o quanto estes são e foram objetos de disputas. Os conflitos pelos conceitos e pelas definições são correlatos aos conflitos sociais que lhes estimulam ou deles são derivados. Assim as definições de políticas públicas passam por definições de conceitos e recortes disciplinares que legitimam comunidades científicas e instituições. Desta forma, superar as dicotomias conceituais não é um ato simplesmente discursivo, mas se insere num processo de tomada de decisões que envolvem práticas

políticas que vão ao encontro das solidariedades construídas ou em construção, tanto pelas empresas, quanto pelos órgãos governamentais e pelos movimentos socioambientais do campo e da cidade.

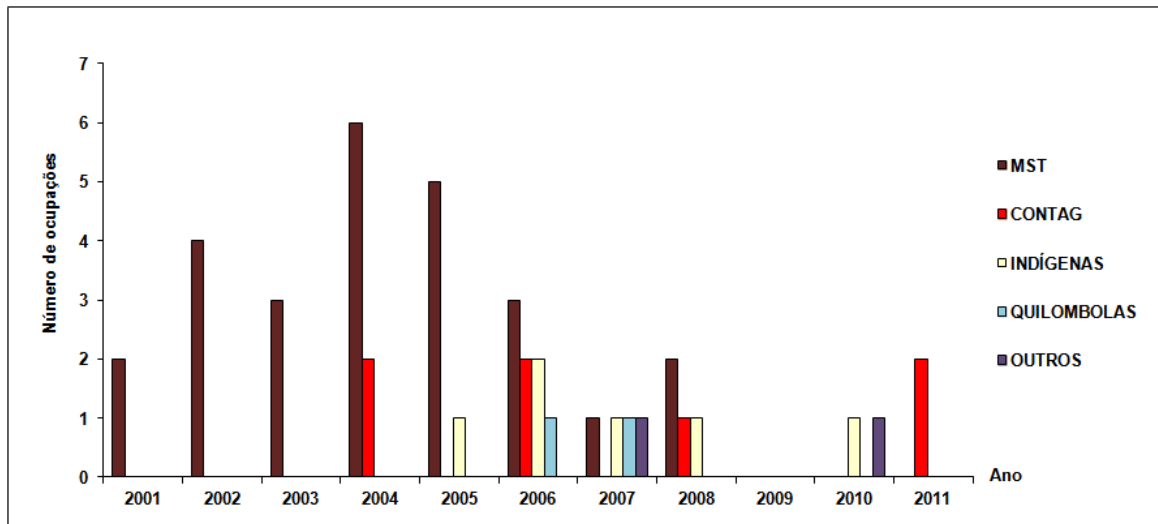
A desconstrução de conceitos como forma de superar dicotomias não pode ser entendida como desmerecimento ou abandono, mas como uma forma de realizá-los, levando ao extremo sua compreensão. Assim o conceito de reprodução leva à ultrapassagem da fronteira do urbano para abarcar o espaço todo. O conceito de rede urbana, pelos novos processos de territorialização e desterritorialização, leva a rede para dentro e para além do urbano. No Espírito Santo a Rede Alerta contra o Deserto Verde articula importantes entidades que atuam nos municípios onde as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas colocam em prática a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento fundado na lógica dos grandes projetos (celulose, mineração e metalurgia). Assim os grandes projetos, a monocultura, o latifúndio e o monopólio do poder são vistos como entraves à construção da emancipação política e social das organizações sociais do campo. Concentrando sua ação política na contraposição ao sistema produtivo do modelo florestal/celulose, não só se apresenta publicamente como um movimento reativo, como também propositivo na medida em que defende um modelo de desenvolvimento territorial rural baseado na agricultura camponesa ecológica.

Quatro elementos centrais podem explicar esta articulação tão heterogênea de indígenas, quilombolas e camponesinato: 1) demora dos governos federais em demarcar os territórios indígenas e quilombolas reconhecidos; 2) reconhecimento dos direitos; 3) visibilidade das lutas dos quilombolas e indígenas; 4) inviabilidade de reforma agrária diante da concentração da terra pelo latifúndio que representa esta atividade e a disputa por terras agrícolas pelo programa Fomento Florestal. A luta pela terra sintetiza um conjunto de lutas, pois esta articulação em rede soma os diversos impactos desta atividade nas inúmeras comunidades: as questões das terras, dos rios, dos alimentos, dos trabalhos e das identidades passam a ser representadas pelo território. Assim, se até 1998/99 o debate estava centrado no ambientalismo, as ações tinham um caráter jurídico e urbano e as vozes eram das personalidades, a partir deste momento ganha mais visibilidade a ruralidade na qual os indígenas, os quilombolas e o camponesinato, as territorialidades do campo e as ações e lutas pelos territórios produzem um debate de conceitos que extrapola os limites parcelares das ciências. Floresta e reflorestamento, moderno e modernização, desenvolvido e desenvolvimento foram palavras tão úteis que colocá-las em suspenso e refletir sobre seus significados era um ato de rebeldia.

É exatamente a partir do entendimento do contexto das lutas socioterritoriais no Espírito Santo que os dados sistematizados pelo DATALUTA ganham vida e movimento. A densidade das ocupações e manifestações assumem seu maior volume e complexidade em um momento caracterizado pelo enfrentamento direto ao capital agroindustrial globalizado (no caso Fibria), atuação em ampla articulação (Rede Alerta Contra o Deserto Verde - RACDV) e solidariedade (escalar, temática e política). Desta forma, o total de ocupações e manifestações não pode ser compreendido somente como soma de ações isoladas realizadas por cada movimento socioterritorial, mas o acúmulo de ações articuladas em rede. Muitas vezes, nos dados, aparece como uma ação de um movimento, mas que teve na sua construção e execução o apoio dos demais movimentos, setores e organizações. Devemos também compreender que os principais movimentos socioterritoriais (MST, FETAES/CONTAG, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS) que realizaram ocupações participaram ativamente da Rede Alerta (RACDV) e tiveram solidariedade em suas ações do conjunto das entidades da rede.

O gráfico 4, a seguir, sistematiza os dados das ocupações por ano (2001-2011), revelando o refluxo do MST e a importância da emergência das ações dos indígenas e quilombolas, ampliando a percepção de que a luta pela terra, mesmo por movimentos socioterritoriais distintos, possuem a mesma raiz: a resistência ao avanço do grande capital latifundiário-industrial-globalizado, no caso, a Fibria.

Gráfico 4 - Espírito Santo - Ocupações por movimentos socioterritoriais 2001-2011



Fonte: DATALUTA, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta breve análise contribuir para o entendimento dos conflitos no campo no Espírito Santo no período de 2001-2011. A bibliografia citada é fonte importante para o aprofundamento das leituras. Somente a análise mais aproximada dos relatos de cada ação permitiria uma compreensão mais aprimorada. Existem muitos materiais (panfletos, fotos, reportagens, filmagens, relatos, entrevistas, documentos, publicações, etc.) que ainda devem ser sistematizados. Este período foi muito importante para as lutas socioterritoriais no Espírito Santo. São necessárias outras análises para enriquecer nossa compreensão. Esta procurou abrir um caminho para a reflexão sobre as ações dos movimentos socioterritoriais brasileiros em sua jornada pela reforma agrária e pela retomada dos territórios tradicionais. Por este caminho percebemos a complexa experiência que foi a existência da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que jorrou uma luz na busca da construção da unidade na diversidade dos movimentos socioterritoriais. Os elementos centrais identificados anteriormente ainda se apresentam como questões importantes nas pautas dos movimentos e das teorias nesta década atual.

Como síntese, podemos afirmar, que após as análises dos dados sistematizados e apresentados houve um crescimento das manifestações e ocupações ao longo do período com avanços e recuos. Esta dinâmica pode ser explicada em grande parte pelos conflitos envolvendo as resistências à expansão da monocultura de eucalipto e pelas lutas de retomadas das terras griladas pela Fibria. Ao final do período identificamos uma diminuição significativa destes conflitos. Esta diminuição possui várias explicações, entre elas o acordo entre Camponeses/Indígenas-Governo-Fibria, a crise mundial e a paralisação da expansão dos plantios, a não-reforma agrária do governo federal, a paralisação dos processos de reconhecimento dos

territórios quilombolas, a entrada de outras pautas como prioridades para os movimentos (crédito, moradia, educação, etc.) e todas elas centradas na nova relação entre movimentos socioterritoriais, governos e empresas construídas a partir de 2003 e que ao final do período tornaram-se visíveis a partir dos dados sistematizados. Mas esta dinâmica ainda está em curso e sua análise deverá ser feita em outro artigo.

REFERÊNCIAS

ANTONGIOVANNI, Lidia Lucia; **Territórios Reticulares e os constrangimentos aos territórios do cotidiano: uma análise da extensão e da profundidade da Aracruz Celulose**. 2007. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; **A Espacialidade das Plantações Arbóreas e Integração Agroindustrial**. 2010. Dissertação (Mestrado - Universidade Federal Fluminense).

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Brasil**. Presidente Prudente: UNESP-FCT/NERA, 2010.

DARÉ, Raquel; **A "Crise" do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do sapê do Norte (Espírito Santo)**. 2009. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense.

MARACCI, Marilda Teles; **Progresso da Morte, Progresso da Vida - A reterritorialização conjunta dos Povos Tupiniquim e Guarani em luta pela retomada de seus territórios (Espírito Santo - Brasil)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense.

Meirelles, Daniela & Calazans, Marcelo; **H2O para celulose x Água para todas as línguas**. Ed. Fase, RJ, 2006.

NETO, Jaime Bernardo; **Pequenas Propriedades Rurais e Estrutura Fundiária no Espírito Santo: Uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo.

_____; **Gênese e Contrastes da Estrutura Fundiária Capixaba – A Formação Dos “Domínios do Boi” no Extremo Norte do Espírito Santo**”, Dissertação Mestrado, PPGG/UFES, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Adilson Pereira de; **Territorialidades Ambivalentes: a luta dos Tupinikim e dos guarani frente à monocultura do eucalipto no Espírito Santo**. 2008. Dissertação - Universidade Federal Fluminense.

SCARIM, Paulo Cesar; **Espaço, Campesinato e Lutas Sociais no Espírito Santo**. 2007. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense.